

[illegible]

Data cívica (aniversário da cidade): 14/05

O aglomerado humano firmou-se mais tarde, ao longo da “estrada pública que vai desta vila do Cosmos (Igarassu) (para Olinda)”. A referência a essa “estrada pública” já se encontra em documento de 1573 e trata-se da principal artéria que ainda hoje corta a cidade. A demarcação judicial das terras de Jaguaribe só ocorreu em 12 de junho de 1573, 33 anos após a doação da sesmaria, por requerimento de D. Beatriz Dias (viúva de Vasco Fernandes de Lucena) e seus filhos ao ouvidor geral do Brasil, desembargador Antônio Salema. Por volta de 1591 os beneditinos



adquiriram as terras de Manoel Gondinho, encravadas na área do Jaguaribe.

Em 07 de janeiro de 1660, em nome da ordem religiosa de São Bento, frei Bento da Purificação tomou posse, em Jaguaribe, das terras prometidas por uma senhora chamada D. Inês de Oliveira em testamento lavrado em 29 de outubro de 1647, no qual dizia: "... Deixo aos reverendos padres de São Bento, para que por minha alma digam a valia dela em missas...". Nessa propriedade, que durante algum tempo foi uma das mais prósperas da região, os beneditinos construíram a capela de São Bento, atualmente em ruínas. A partir da chegada dos beneditinos à região, as terras adjacentes ao engenho passaram para os domínios dessa ordem religiosa. Por volta de 1674 o Engenho Jaguaribe (primitivo polo aglutinador de população) encontrava-se em ruínas, conforme consta no testamento de João Fernandes Vieira: "... Comprara ditas terras, mas – sem fábrica alguma, estando tudo por terra, - e só restando do engenho que ali havia alguma ferragem".

Nos anos seguintes, a povoação surgida nessas terras, a meio caminho entre o Recife e Igarassu, tornou-se um local acolhedor para os viajantes, principalmente homens de negócios que ali paravam para refeições ou pernoite. A parte central desse povoado ganhou a denominação de Maricota, que se supõe vir do início do século XVIII, sem no entanto haver certeza quanto à sua origem. Segundo a tradição oral, era o nome de uma senhora muito conhecida entre os



habitantes locais e proprietária de um estabelecimento de serviço de alimentação, instalado na estrada dos tropeiros. O documento mais antigo até agora encontrado que faz alusão ao nome Maricota é de 16 de fevereiro de 1784, guardado nos arquivos da igreja dos santos Cosme e Damião de Igarassu, que se refere ao batismo de um tal Francisco Nunes de Oliveira, realizado na capela de São Miguel do Engenho Inhamã, citando seus pais como sendo residentes em Maricota (então povoado de Igarassu).

Só por volta de 1800 é que novamente se tem notícia de vida produtiva no Engenho Jaguaribe. Em abril de 1812 foi o mesmo arrendado pelo cronista Henry Koster (português, filho de pais ingleses), que nele residiu durante 1 ano e 8 meses. Assim ele relata: "Em princípios de abril de 1812 tomamos posse de um engenho em Jaguaribe, distante 4 léguas do Recife, na direção do norte, e uma légua do mar. Estava provido por muitos escravos, bois, maquinários, acessórios...". O período de sua permanência está bem documentado em sua magnífica obra "Travels in Brazil", que recebeu em português o título de "Viagens ao Nordeste do Brasil". Nesse livro, Henry Koster descreve a vida ativa do velho engenho, gostos, costumes e tradições do nosso povo.

Durante o movimento conhecido como Confederação do Equador, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (mártir maior dessa revolução) escondeu-se nas matas do Engenho Utinga, nos dias 16 e 17 de setembro de 1824, tentando escapar de seus perseguidores. Encontrado três meses mais tarde no Ceará, foi trazido ao Recife, onde foi arcabuzado no Forte das Cinco Pontas, a 13 de janeiro de 1825.

No dia 10 de novembro de 1848 travou-se em Maricota a primeira batalha da Revolução Praieira, deflagrada três dias antes, na cidade de Olinda, entre os revoltosos (os praieiros) e as forças do governo (os legalistas). No dia 1º de janeiro de 1849 foi lançado, no Engenho Inhamã, o "Manifesto ao Mundo", com os postulados da Revolução Praieira. Outro fato marcante na história desse povoado aconteceu no dia 04 de dezembro de 1859

quando o imperador D. Pedro II, visitando e vistoriando obras em Pernambuco, passou em Maricota com sua comitiva real, registrando o fato no seu “Diário de Viagem”, no qual menciona também a estrada (dos tropeiros, das boiadas do norte) que ele denomina de “estrada do contrato”, provavelmente por envolver verba real nas suas obras.

O distrito policial de Maricota foi criado no dia 22 de julho de 1863 pelo presidente da província, João Silveira de Souza, que nomeou como subdelegado Antônio Borges Galvão Uchoa. No dia 28 de agosto de 1883 foi lavrada escritura de concessão para a construção de uma estrada de ferro, partindo do Engenho Timbó até o Jaguaribe. A autorização fora solicitada pelo proprietário do Timbó (Francisco Theófilo da Rocha Bezerra) aos proprietários do Jaguaribe (Rosa Francelina de Queiroz Dourado Cavalcanti e José Cavalcante de Albuquerque Gadelha e sua esposa, Francisca Bandeira de Fraga Gadelha), para que os trilhos pudessem passar por suas terras.

Em 1885 José Dias Feijó e sua esposa, Henriqueta Francisca Pereira, separaram parte da propriedade em que moravam, com 60 palmos de frente e 600 de fundos, para que se levantasse uma capela dedicada a São José e um cemitério. A escritura pública de doação dessas terras foi lavrada no dia 21 de março desse mesmo ano. O pároco de Igarassu, Floriano de Queiroz Coutinho, tomou posse do terreno em nome da Igreja Católica, iniciando com a comunidade a construção da capela.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro 1938, o interventor Agamenon Magalhães desmembrou de Igarassu a vila de Maricota, transformando-a em 2º distrito do município de Paulista, que fora criado três anos antes, no dia 04 de setembro de 1935. No primeiro centenário da Revolução Praieira (1948) o topônimo Maricota foi alterado para Abreu e Lima pela Lei Estadual nº 421, de 31 de dezembro desse mesmo ano, em homenagem a José Inácio de Abreu e Lima, um dos chefes dessa revolução. Conhecido como o “general das massas”, o notável político, escritor e jornalista pernambucano lutou 14 anos ao lado de Simão Bolívar, nas guerras de libertação da Venezuela e Colômbia, no século XIX. Era filho de José Ignacio Ribeiro de Abreu Lima, conhecido como Padre Roma.

A Lei Estadual nº 4.993, de 20 de dezembro de 1963, elevou o distrito de Abreu e Lima à categoria de município, o qual foi extinto em 27 de agosto de 1964 por acórdão do Tribunal de Justiça, mandado de segurança nº 889, voltando à condição de distrito de Paulista. A capela de São José (padroeiro da cidade) ganhou predicado sede da paróquia em 1º de maio de 1965; o primeiro pároco foi o vigário holandês Bernardo Wolterink. Nesse dia, a matriz recebeu a visita do recém-nomeado arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara.

No dia 09 de maio de 1982 foi realizada uma eleição plebiscitária, quando a população autorizou a emancipação de Abreu e Lima, após 47 anos sob o domínio político-administrativo de Paulista (anteriormente pertencera a Igarassu). Cinco dias depois, a Lei Estadual nº 8.950, de 14 de maio de 1982, criou o município de Abreu e Lima, desmembrado de Paulista, com sede no antigo distrito, tendo sido instalado em 31 de janeiro de 1983. A comarca de Abreu e Lima, de 2ª entrância, foi criada pela Lei Estadual nº 9.967, de 18 de dezembro de 1986, desmembrada da comarca de Paulista. A Lei Estadual nº 10.391, de 18 de dezembro de 1989, também trata da criação dessa comarca, classificando-a, porém, como de 1ª entrância. Foi instalada em 24 de novembro de 1990, pelo juiz instalador Alcides Dércles Caminha. O município é formado pelo distrito sede e pelo distrito industrial, criado pela Lei Municipal nº 650, de 26 de julho de 2009.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM. Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. v. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18

FONSECA, Homero. Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Recife: CEPE, 2006. v. 1.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. História das Comarcas Pernambucanas. 2. ed. Recife , 2010

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/abreuelima.pdf>.

http://www.abreuelima.pe.gov.br/nova_pagina_3.htm.



AGÊNCIA ESTADUAL DE
PLANEJAMENTO E
PESQUISAS DE PERNAMBUCO

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO